DocuSign Envelope ID: 31D7A2AE-541A-43CC-A324-81D7586E33FA

CENTRAL EÓLICA CATANDUBA I S.A.

CNPJ nº 31.724.960/0001-28

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	145	58
Impostos a recompensar	8	2.600	121
Cauções e depósitos vinculados	9	19.323	-
Estoque material de manutenção	10	26	26
Adiantamento a fornecedores	11	282	282
Outros créditos	12	181	-
Derivativos contratados	14	-	1.384
		22.557	**1.871**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	719	10
Imobilizado	15	314.127	41.991
		314.847	**42.001**
Total do ativo		**337.404**	**43.872**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	15.276	11.904
Empréstimos e financiamento	17	8.653	-
Impostos a pagar	8	3.279	460
Outras contas a pagar	18	49	49
		27.256	**12.413**
Não circulante			
Partes relacionadas	13	129.889	31.760
Empréstimos e financiamentos	17	134.879	-
Derivativos contratados	14	-	234
Outras contas a pagar	18	39	39
		264.807	**32.033**
Total do passivo		**292.063**	**44.446**
Patrimônio Líquido	19		
Capital social		46.949	1
Outros reservas resultados abrangentes		-	1.150
Prejuízos acumulados		(1.608)	(1.724)
Total do patrimônio líquido		**45.341**	**(574)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**337.404**	**43.872**

Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida		-	-
Custo do serviço de energia elétrica	20		
Encargos de uso da rede elétrica		(258)	-
		(258)	**-**
Despesas e Receitas	20		
Despesas gerais e administrativas		(26)	(278)
Material e serviço		(9)	-
Outras despesas		(412)	-
Outras receitas		1.323	-
		(876)	**(278)**
Lucro bruto		**618**	**(278)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos	21	**618**	**(278)**
Despesas financeiras		(1.433)	(295)
Receitas Financeiras		1.528	-
		95	**(295)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro Tributos		**713**	**(573)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(597)	-
Resultado líquido do exercício		**116**	**(573)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado líquido do exercício	116	(573)
Derivativo contratado	-	1.150
Resultado abrangente do exercício	**116**	**577**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Outras reservas	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1**	**-**	**(1.152)**	**(1.151)**
Outros resultados abrangentes -				
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	-	1.150	-	1.150
Resultado do exercício	-	-	(573)	(573)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1**	**1.150**	**(1.725)**	**(574)**
Aumento de capital social	46.948	-	-	46.948
Outros resultados abrangentes -				
Derivativo contratado *Hedge Accounting*	-	(1.150)	-	(1.150)
Resultado do exercício	-	-	116	116
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**46.949**	**-**	**(1.608)**	**45.341**

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	713	(573)
Encargos de dívidas sobre empréstimos	4.499	-
	5.212	(573)
Variações em:		
Impostos a compensar	(2.479)	(85)
Outros créditos	(181)	-
Adiantamento a fornecedores	-	-
Material de consumo	-	(26)
Fornecedores	3.372	7.812
Impostos a pagar	2.222	460
Partes relacionadas	(709)	6.210
Outras contas a pagar	-	(622)
Caixa proveniente das atividades operacionais	**7.437**	**13.175**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.437**	**13.175**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos vinculados	(19.323)	-
Adições ao imobilizado e intangível	(272.136)	(13.576)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(291.460)**	**(13.576)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	98.129	-
Aumento de capital	46.948	-
Captação de empréstimos e financiamentos	139.033	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**284.111**	**-**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**86**	**(401)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	145	58
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	58	459

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Catanduba I S.A. ("Companhia" ou "Catanduba I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Catanduba I e comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9° andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **1.1. Autorização do Parque Eólico Catanduba I:** Em 16 de abril de 2020 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 15 de abril de 2055. Em novembro de 2019 a Companhia vendeu 21,5 MW médio de energia pelo período de 16 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração eólica Catanduba I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em 22 de dezembro de 2023 conforme despacho da ANEEL nº 48532.008548/2023-00, autoriza a operação teste da usina EOL Catanduba RN I das unidades geradoras UG1 a UG11 de 4.500 kW cada. O Parque eólico encontra-se em fase final de operação teste, com data prevista para entrada em operação em abril de 2024.

Usinas Eólicas		**EOL Catanduba I**
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		RN
Capacidade instalada (MW)		49,60
Energia assegurada (mm)		26,40
Ano do início da operação		2024
Autorização / Registro	Início	16/04/2020
	Término	15/04/2055

Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo$(4.699, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto ao FNDE firmado em 2020 (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entrada em operação comercial do Parque Eólico em abril de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de maio de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 21 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas: • Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 15); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 18); • Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis: reconhecimento mensurável das provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 27).

5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Imobilizado:** O parque eólico conta, principalmente, com terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em Outras receitas/despesas operacionais. **c) Redução ao valor recuperável**: ***Ativos financeiros:*** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. ***Ativo não financeiro:*** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Demais ativos circulantes e não circulantes**: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **f) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas datas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **g) Dividendos e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **h) Demais passivos circulantes e não circulantes**: São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **a) Operações de arrendamento (CPC 06 (R2)):** Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários com contratos de longo prazo e com valores fixos, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Para esses contratos em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa no período classificado como pré-operacional, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2023. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculadas conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e para a contribuição social corrente, é calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e à contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23. **j) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **k) Apuração do resultado**: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **l) Receitas e despesas financeiras**: As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **m) Ativos e passivos financeiros: Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e sido recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual, e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados, calculados com base no método da taxa de juros efetiva. ***Compensação de instrumentos financeiros.*** Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado, e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia adota a contabilidade de hedge e para o derivativo como: • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na nota explicativa nº 24. As movimentações nos valores de hedge classificados na conta Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 19. ***Hedge* de fluxo de caixa*:*** A operação com instrumentos financeiros derivativos qualificados como *hedge*, contratada pela Companhia, resume-se a "NDF", que visa exclusivamente a proteção dos fluxos de caixa da aquisição dos aerogeradores para as parcelas em moeda estrangeira. São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o patrimônio líquido até o seu efetivo pagamento onde é reclassificado para o custo do imobilizado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos qualificado com *hedge* é mensurado através da posição da operação informadas pela instituição financeira envolvida. **Ineficácia do *hedge*:** A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. A relação de cobertura é eficaz, uma vez que as alterações na taxa de câmbio que podem afetar a valorização da moeda estrangeira das contribuições de capital (itens cobertos) serão compensadas pelo impacto das alterações da taxa de câmbio no MtM do instrumento de cobertura (FWDs) compensando a exposição. A eficácia do hedge pode ser mensurada com segurança, com base na forte correlação observada entre as taxas de câmbio utilizadas na contratação da operação de compra de equipamentos se comparada as taxas contratadas no derivativo. **n) *Impairment*:** Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

6. DE ACORDO COM AS NOVAS NORMAS

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • **Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • **Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • **Alteração ao IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • **Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	145	58
Total	**145**	**58**

8. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos a compensar		
ICMS	2.525	67
ISS	44	29
Outros	31	25
Total	**2.600**	**121**
Impostos a pagar		
ICMS	2.660	422
Imposto de renda e contribuição social	597	-
IRRF sobre aplicações financeiras	5	26
ISS	10	-
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	8	13
Total	**3.280**	**460**

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Cauções e depósitos vinculados de empréstimos	19.323	-
	19.323	**-**
Ativo circulante	19.323	-
Total	**19.323**	**-**

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e a SUDENE (FNDE) Banco do Brasil S.A., foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor da SUDENE e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à comprovação financeira do financiamento, com a apresentação e comprovação da utilização dos fundos por parte da Companhia. A Companhia pretende concluir o processo de comprovação durante o 1º semestre de 2025 razão pela qual parte dos fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo circulante em 31 de dezembro de 2023. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 19.323, foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média à taxa média de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

10. MATERIAIS PARA USO E CONSUMO

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Materiais para uso e consumo	26	26
Total	**26**	**26**

Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.

11. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	282	282
Total	**282**	**282**

12. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Outros créditos	181	-
Total	**181**	**-**

13. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue:

Objeto do contrato	**Contraparte**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas			
Operação de *Hedge* - Repasse - Nota 14	EDP Renováveis Brasil S. A	-	1.384
Total		**-**	**1.384**
Não Circulante			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	EDP Renováveis Brasil S. A	153	10
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	Catanduba II	566	-
Total		**719**	**10**
Total ativo		**719**	**1.394**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura 17	EDP Renováveis Brasil S. A	14.513	2.724
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (17)	EDP Renováveis Serviços Financeiros	-	8.284
Total		**14.513**	**11.007**
Não circulante			
Operação de Hedge - Repasse - Nota 14	EDP Renováveis Brasil S. A	-	234
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Adiantamento para futuro aumento de capital	EDP Renováveis Brasil S. A	129.889	31.760
Total		**129.889**	**31.994**
Total Passivo		**144.402**	**43.001**

13.1. Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos contratos de compartilhamento de atividades e alocação de gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios. Os saldos registrados no ativo referem-se a valores pagos pela Catanduba I de natureza imobilizado, que foram compartilhados entre a sua controladora EDP Renováveis Brasil. **13.2. Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora direta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **13.3. Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Catanduba I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14. DERIVATIVOS CONTRATADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		
Derivativos contratados	-	1.384
Total	**-**	**1.384**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Passivo não circulante		
Derivativos contratados	-	234
Total	**-**	**234**

Outros resultados abrangentes: Durante o ano de 2022, na intenção de proteger a variação cambial na saída de caixa, a Catanduba I através de sua controladora EDP Renováveis (" Holding") contratou uma NDF ("Instrumento") no montante de EUR 2.654, moeda chinesa CNY 21.695 e USD 5.044, cuja proporção de proteção entre as moedas está determinada no contrato entre as partes. O montante contratado é equivalente a 100% do montante que se espera que seja desembolsado para a liquidação junto ao fornecedor. Vale ressaltar que essa NDF não tem piso e tampouco um teto para a proteção, ou seja, o montante em EUR, CNY e USD devem proteger EUR 2.654 e moeda chinesa CNY 21.695 e USD 5.044. A Controladora indireta EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou com o Banco JP Morgan, contrato global de derivativos para a proteção de fluxo de caixa futuro na aquisição dos aerogeradores, a EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou um contrato junto a suas controladas com as mesmas característica do contrato global de derivativos do JP Morgan denominado contrato repasse, as controladas a medida que forem liquidando as faturas junto aos fornecedores, que são objeto da proteção, poderão fazer a liquidação antecipada do instrumento de hedge junto a sua controladora direta, conforme o contrato de repasse. A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças entre moeda da operação no exterior e a moeda fun

DocuSign Envelope ID: 31D7A2AE-541A-43CC-A324-81D7586E33FA

...continuação **CENTRAL EÓLICA CATANDUBA I S.A.** | CNPJ nº 31.724.960/0001-28

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **19.2. Resultados abrangentes:** A Controladora indireta EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou com: Banco JP Morgan, Santander e Itaú BBA contrato global de derivativos para a proteção de fluxo de caixa futuro na aquisição dos aerogeradores, a EDP Renováveis Brasil S.A. celebrou um contrato junto a suas controladas com as mesmas característica do contrato global de derivativos do JP Morgan, Santander e Itaú BBA denominado contrato repasse, as controladas a medida que forem liquidando as faturas junto aos fornecedores, que são objeto da proteção, poderão fazer a liquidação antecipada do instrumento de hedge junto a sua controladora direta, conforme o contrato de repasse. A Companhia utiliza a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças entre moeda da operação no exterior e a moeda da controladora (Real). Dentro da efetividade do *hedge*, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido conforme apresentado em nota explicativa nº19, a Companhia liquidou a operação de hedge em 2023. **19.3. Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro de R$ 116 (R$ (573) em 31 de dezembro de 2022) que foi destinado a compensar o prejuízo acumulado.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) apurado no exercício	116	(573)
Cobertura de prejuízo	(1.725)	(1.152)
Constituição de reserva legal (5%)	-	-
Lucro/(prejuízo) do exercício ajustado	**(1.608)**	**(1.725)**
Destinação do lucro ajustado		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-

20. GASTOS OPERACIONAIS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços com energia elétrica		
Não gerenciáveis		
Encargos de uso da rede elétrica	(258)	-
Total	**(258)**	**-**
Despesas e receitas operacionais gerais e adm.		
Gerenciáveis		
Despesa com pessoal	(9)	-
Serviços de terceiros e materiais	(26)	(138)
Despesas tributárias	(36)	-
Outras despesas	(376)	(140)
Outras receitas	1.323	-
Total	**876**	**(278)**
Total gastos e despesas operacionais	**618**	**(278)**

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros recebidos	1.442	-
Receitas com derivativos	86	-
Total de receitas financeiras	**1.528**	**-**
Despesas financeiras		
Despesas com garantias bancárias	(1.403)	(295)
Outras despesas financeiras	(30)	-
Total de despesas financeiras	**(1.434)**	**(295)**
Total	**95**	(295)

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional	-	-	-	-
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	-	12%	-
	-	-	-	-
Receitas financeiras	1.528	-	1.528	-
Base de cálculo	**1.528**	**-**	**1.528**	**-**
Alíquota vigente	25%	-	9%	-
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(382)	-	(138)	-
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	-	-
Imposto corrente	**(358)**	**-**	**(138)**	**-**
Alíquota efetiva	**0,00%**	**-**	**0,00%**	**-**

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração, e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **23.1. Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	145	58
Adiantamento a fornecedores	11	Custo amortizado	Nível 1	282	282
Cauções e depósitos vinculados	9	Custo amortizado	Nível 2	19.323	-
Derivativos contratados	14	Custo amortizado	Nível 1	-	1.384
Estoque de materiais de almox.	10	Custo amortizado	Nível 1	26	-
Outros créditos	12	Custo amortizado	Nível 1	181	-
Não circulante					
Partes relacionadas	13	Custo amortizado	Nível 1	719	10
Total de ativos financeiros				**20.676**	**1.734**
Passivos financeiros					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	8.653	-
Fornecedores	16	Custo amortizado	Nível 1	15.276	11.904
Outras contas a pagar	18	Custo amortizado	Nível 1	49	49
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	Custo amortizado	Nível 2	134.879	-
Partes relacionadas	13	Custo amortizado	Nível 2	129.889	31.760
Derivativos contratados	14	Valor justo	Nível 2	-	234
Outras contas a pagar	18	Custo amortizado	Nível 2	39	39
Total de passivos financeiros				**288.785**	**43.986**

23.2. Mensuração a valor justo: Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. **23.3. Risco de juros:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros:** A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade à mudança em variáveis de mercado, supondo: Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2023 (CDI 13,03% a.a., IPCA 4,62% a.a.); Cenário II: elevação do índice em 25% e; Cenário III: elevação do índice em 50%. A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexante	Exposição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro					
Cauções e depósitos vinculados (*)	CDI	19.323	2.518	3.147	3.777
Tota do ativo		**19.323**	**2.518**	**3.147**	**3.777**
Passivo financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	IPCA + 2.3%	(144.253)	(9.982)	(12.477)	(14.973)
Total Passivo		**(144.252)**	**(9.982)**	**(12.477)**	**(14.973)**

(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados têm uma remuneração média de 100,00% do CDI (a.a.). **23.4. Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	15.276	15.276	15.276	-	-	-
Empréstimos e financ.	143.532	158.956	9.252	9.252	27.184	113.269
Partes relacionadas	130.609	-	-	-	-	-
Total	**289.416**	**174.232**	**24.527**	**9.252**	**27.184**	**113.269**

23.5. Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2023 é:

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	145	58
Total	**145**	**58**

No setor de energia elétrica, as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **23.6. Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

24. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2023, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	425	92	-	-	517
Total	**425**	**92**	**-**	**-**	**517**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. **24.1. Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. **24.2. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no mercado livre com grande fornecedor. O contrato possui prazo de vigência de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2038.

25. GARANTIAS

Tipos de garantias oferecida	31/12/2023	31/12/2022
Depósito Caução	-	23
Penhor de ações	140	60
Fiança bancária	7	1

• Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertence à Companhia. • Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro é usado em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão. • Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade civil	Geral	56
Riscos Operacionais	Geral	155

27. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

28. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2023 foram de R$ (2.913) (R$ (4) em 2022), sendo registrados no resultado do imobilizado.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entrada em operação: Em 11 de abril de 2024 a ANEEL emitiu o despacho nº 1.165 autorizando o início da operação comercial da EOL Catanduba I a partir de 12 de abril de 2024.

Diretoria

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor Presidente
Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Catanduba I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Catanduba I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2024

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador
CRC 1BA029904/O-5

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00559976000107
CPF: 95190953815
Data/Hora da Assinatura: 12/06/2024 20:32:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
F30028BECACE477...